

ACIDENTE DE TRABALHO: RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR

Daniel Lima e Oliveira
Robson Paiva Ribeiro de Sá

Resumo

O presente artigo analisa a responsabilidade civil do empregador, nos casos em que ocorram acidente de trabalho, e o tipo de ligação que existe (com culpa ou sem), sendo objetiva ou subjetiva. A relação trabalhista é um assunto de intensos conflitos, devido ao fato de envolver o aspecto financeiro das partes em embate. A pesquisa foi elaborada com o intuito de demonstrar as formas em que o empregador deve ser intercedido, responsabilizado ou até mesmo isento, em casos de acidente de trabalho. Esse trabalho se justifica pela necessidade de abordagem do tema e diversidades de arestas ainda não aparadas sobre esse assunto no Direito brasileiro. Neste trabalho será traçado o significado da responsabilidade civil, assim como seu enlaço com o Direito do Trabalho, em específico, nos casos de acidente. Será discutido também se nesta mesma responsabilidade deve ser provada a culpa, ou somente o fato de haver relação de emprego já irá gerar responsabilidade ao empregador, ou seja, será discutido se trata de uma responsabilidade objetiva ou subjetiva.

Palavras-chave: Acidente de Trabalho, Responsabilidade civil, Empregador.

INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho é estudar as consequências decorrentes dos acidentes de trabalho, no que tange à responsabilidade dos empregadores, recorrendo acerca da natureza da mesma, abrangência e competência jurisdicional.

No começo da humanidade os trabalhadores não possuíam direito a indenização de qualquer natureza, porém, com o passar dos tempos, e com o desenvolvimento do Direito do Trabalho e do instituto da responsabilidade civil, essa garantia passou a constar dos ordenamentos jurídicos, inclusive o brasileiro, estando expressa em normas constitucionais e infraconstitucionais.

O estudo desse tema se justifica pela sua relevância jurídica e social, pois, em função do alto número de acidentes de trabalho, há várias consequências no meio social, tais como o ônus para o empregador pelo período de afastamento, o ônus para a previdência social quando o afastamento é superior a 15 (dias) dias, gerando o direito ao empregado segurado do auxílio-acidentário, as sequelas que podem gerar no acidentado, a depender da gravidade do acidente, de ordem material, moral e estética.

Dessa forma, questão crucial é analisar-se a forma de reparação do trabalhador, quando, além do simples afastamento de suas atividades, o acidente lhe gera a redução ou perda da capacidade laborativa, e deformações estéticas.

A pesquisa foi feita com base em fontes doutrinárias (seja em livros ou artigos de *internet*), jurisprudencial (priorizando-se a ementa de acórdãos) e legal (mais especificamente na legislação pertinente ao tema).

1 RESULTADOS E DISCUSSÕES

1.1 Conceito e Tipos de Acidente de Trabalho

Em nosso ordenamento jurídico, o próprio legislador se encarregou de definir o acidente de trabalho no art. 19 da Lei 8.213/1991, evitando divergências. Vejamos a redação do mencionado artigo:

Art. 19. Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

Todavia, o acidente de trabalho não se limita à definição constante do citado art. 19 da Lei 8.213/91. O legislador pátrio achou por bem equiparar outros infortúnios ao acidente do trabalho, em função de seu caráter lesivo e do nexo causal que mantém com a relação de emprego.

Assim, o acidente de trabalho, por equiparação legal, pode ser classificado como acidente-tipo, doença ocupacional ou acidente *in itinere*. Vejamos cada um:

a) acidente-tipo: existe a necessidade que o evento provoque lesão corporal ou perturbação funcional, ensejando a morte, a perda ou redução permanente ou temporária da capacidade para o trabalho.

b) doença ocupacional: é um acontecimento lento e gradual. Wladimir Novaes Martinez ressalta que:

A doença ocupacional deriva das condições do exercício, do ambiente do trabalho, dos instrumentos adotados, sendo própria, sobretudo, das empresas que exploram a mesma atividade econômica e não necessariamente conceituadas como fazendo parte do obreiro. (O acidente do trabalho e a responsabilidade civil do empregador. São Paulo: LTr, 2003. p. 45.)

Então, para comprovação da doença ocupacional, mister se faz, que o trabalhador demonstre que adquiriu ou desenvolveu a doença por conta do serviço que prestava.

c) acidente *in itinere*: é aquele ocorrido fora do estabelecimento da empresa, enquanto o empregado percorre trajeto residência-trabalho ou vice-versa, no período de descanso, refeição ou executando serviços externos.

1.2 Legislação

No Brasil, surgiu em 1919, Lei nº. 3.271, que foi a primeira Lei de Acidente do Trabalho, e baseava-se no conceito de "risco profissional", considerando esse risco como sendo natural à atividade profissional. Essa legislação não estabelecia um seguro obrigatório, porém, previa pagamento de indenização ao trabalhador ou à sua família, calculada de acordo com a gravidade das sequelas do acidente, sendo que a prestação do socorro médico-hospitalar e farmacêutico era obrigação do empregador. A comunicação do acidente de trabalho tinha que ser feita à autoridade policial do lugar, pelo empregador, pelo próprio trabalhador acidentado, ou ainda, por terceiros.

A legislação atualmente em vigor que define o que vem a ser acidente de trabalho é a Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social.

Além disso, essa lei também define algumas obrigações dos empregadores, no que tange à efetivação de medidas de saúde e segurança de seus empregados.

De acordo com o art. 22, II, § 1º da Lei 8.212/91, a empresa, além de ser responsável pela adoção e uso de medidas coletivas e individuais de proteção e segurança da saúde do trabalhador, deve contribuir com o financiamento da complementação das prestações por acidente de trabalho proporcionalmente ao grau de risco de acidentes de trabalho, correspondente à sua atividade econômica, atualmente denominado SAT/GILRAT – Seguro de Acidente de Trabalho/Grau de incidência de Incapacidade Laborativa Decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho.

Nos termos do art. 19, §§ 1º e 2º, da Lei 8213/91 a empresa é responsável pela adoção e uso das medidas coletivas e individuais de proteção e segurança da saúde do trabalhador, sendo também seu dever prestar informações pormenorizadas sobre os riscos da operação a executar e do produto a manipular.

Entretanto, e isso é ponto fundamental deste trabalho, o pagamento pela Previdência Social das prestações decorrentes do acidente do trabalho, através dos benefícios previstos na Lei 8.213/91 (auxílio-acidentário, auxílio-doença acidentário e aposentaria por invalidez) não exclui a responsabilidade civil da empresa ou de terceiros de indenizar o trabalhador.

A empresa possui como obrigação a comunicação do acidente do trabalho à Previdência, conforme dispõe o art. 22 da Lei 8.213:

Art. 22. A empresa deverá comunicar o acidente do trabalho à Previdência Social até o 1º (primeiro) dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, à autoridade competente, sob pena de multa variável entre o limite mínimo e o limite máximo do salário-de-contribuição, sucessivamente aumentada nas reincidências, aplicada e cobrada pela Previdência Social.

§ 1º Da comunicação a que se refere este artigo receberão cópia fiel o acidentado ou seus dependentes, bem como o sindicato a que corresponda a sua categoria.

§ 2º Na falta de comunicação por parte da empresa, podem formalizá-la o próprio acidentado, seus dependentes, a entidade sindical competente, o médico que o assistiu ou qualquer autoridade pública, não prevalecendo nestes casos o prazo previsto neste artigo.

§ 3º A comunicação a que se refere o § 2º não exime a empresa de responsabilidade pela falta do cumprimento do disposto neste artigo.

§ 4º Os sindicatos e entidades representativas de classe poderão acompanhar a cobrança, pela Previdência Social, das multas previstas neste artigo.

Como visto no artigo supracitado, na falta de comunicação por parte da empresa, poderão formalizar o CAT o próprio acidentado, seus dependentes, a entidade sindical competente, o médico que o assistiu ou qualquer autoridade pública, não prevalecendo nestes casos o prazo de apenas um dia útil. Nesta hipótese, a empresa permanecerá responsável pela falta de cumprimento da legislação. Caberá ao setor de benefícios do INSS comunicar a ocorrência ao setor de fiscalização, para a aplicação e cobrança da multa devida.

Os sindicatos e entidades representativas de classe poderão acompanhar a cobrança, pela Previdência Social, das multas previstas para o descumprimento desta obrigatoriedade.

Para fins do recebimento do benefício previdenciário o acidente de trabalho deverá ser caracterizado Administrativamente e tecnicamente. Administrativamente, através do setor de benefícios do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), que estabelecerá o nexo entre o trabalho exercido e o acidente; Tecnicamente, através da perícia médica do INSS, que estabelecerá o nexo de causa e efeito entre o acidente e a lesão.

O auxílio-acidente será concedido ao trabalhador segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes da doença profissional ou acidente de trabalho, resultar seqüela que implique em redução da capacidade laborativa.

A aposentadoria por invalidez será devida ao trabalhador que for considerado incapaz para o trabalho e insuscetível de reabilitação.

Além disso, ressalte-se que, se o empregado ficar afastado por mais de 15 (quinze) dias em função de acidente de trabalho ou doença ocupacional, passando a perceber, a partir do 16º (décimo sexto) dia, auxílio-doença acidentário ou auxílio acidentário, ao encerrar seu benefício previdenciário, em função de sua aptidão para retornar as suas atividades laborais, ele terá uma estabilidade provisória de 12 (doze) meses, consoante determina o art. 118 da Lei 8.213/91.

Portanto, o pagamento pela Previdência Social dos benefícios por acidente de trabalho não exclui a responsabilidade civil da empresa ou de outrem.

1.3 Responsabilidade civil do empregador.

O anseio de obrigar o agente causador do dano a repará-lo inspira-se no mais elementar sentimento de justiça. O dano causado pelo ato ilícito desequilibra a harmonia jurídico-econômica pré-existente entre o agente e a vítima. Existe assim uma necessidade fundamental em se restabelecer este equilíbrio entre os envolvidos e a fim de se recolocar o prejudicado no seu *status quo ante*, isto é, na medida do possível, repor a vítima à situação anterior à lesão.

A responsabilidade civil pode ser subjetiva ou objetiva. O Código Civil de 1916, em seu art. 159, e Código Civil de 2002, em seu art. 186, filiaram-se à teoria da responsabilidade civil subjetiva ao exigir a culpa como fundamento para a obrigação de reparar o dano.

Portanto, nos termos desses dispositivos, para que seja configurada a obrigação de indenizar é necessário a verificação concomitante de 04 (quatro) elementos, quais sejam, a ação ou omissão do agente causador do dano, o dano em si, o nexo de causalidade entre a ação (ou a omissão) e o dano, bem como a culpa no agir (ou omitir) do agente.

Esse posicionamento foi o adotado por nosso Constituinte, ao instituir ao empregador o dever de indenizar o empregado acidentado, *in verbis*:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...]

XXVIII – seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, **sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa**; [...] (negrito e grifo nosso).

Segundo a responsabilidade civil subjetiva, na esfera da relação de emprego, o substrato do dever de indenizar embasa-se no descuido das normas de segurança, higiene ou saúde do trabalhador, pelo empregador, o que deve restar configurado para existir o dever de indenizar.

Todavia, na apuração da responsabilidade do empregador em indenizar o empregado em função de acidente de trabalho ou doença ocupacional, muitas vezes fica difícil caracterizar-se a culpa daquele, pelo que há uma tendência jurisprudencial de relativizar a aplicação da responsabilidade subjetiva nesses casos, aplicando-se a responsabilidade civil objetiva, embasando-se na teoria do risco da atividade, que deve ser suportado, no caso, pelo empregador e não pelo empregado. Outra saída que a jurisprudência tem adotado, é a presunção da culpa do empregador (teoria da culpa patronal presumida), a fim de responsabilizá-lo.

Por regra geral, a responsabilidade objetiva, possui como fundamento a teoria do risco, e somente pode ser admitida nas hipóteses expressamente previstas em lei, sendo também chamada de responsabilidade pelo risco.

Para a configuração da responsabilidade objetiva também deverá haver uma conduta ilícita, o dano e o nexo causal. Só não será necessário o elemento culpa, razão pela qual se fala em responsabilidade independentemente de culpa.

O novo Código Civil acolheu expressamente a teoria do risco da responsabilidade civil em seu art. 927, parágrafo único, estabelecendo uma regra genérica segundo a qual:

Haverá obrigação de reparar o dano, independente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para direitos de outrem.

O dano sofrido pelo acidentado de trabalho é evidente, estando no plano da realidade, mas, se for adotada exclusivamente a teoria da responsabilidade subjetiva, não seria suficiente demonstrar-se o dano e o nexo de causalidade, e sim, seria imprescindível a prova da culpa do empregador, ainda que leve, para que se permitisse a sua condenação em indenizar. Em função disso, tem sido frequente o indeferimento do pedido por ausência de prova da culpa patronal ou por alegação de ato inseguro do empregado ou, ainda, pela conclusão de culpa exclusiva da vítima.

Por isso, a aplicação da responsabilidade civil subjetiva para se auferir o dever de indenizar em casos de acidente de trabalho gera uma grande dificuldade para a promoção da justiça no caso concreto, muitas vezes eximindo o empregador, em claro embate com a realidade, pois deixa em desamparo o lesado pelo acidente.

Dessa forma, ao lado da teoria subjetiva, que exige a comprovação da culpa do empregador, erigiu-se a teoria objetiva, que se sustenta no risco da atividade, segundo a qual basta o autor demonstrar o dano e a relação de causalidade, para o deferimento da indenização. Os riscos da atividade, em sentido amplo, devem ser suportados por quem dela se beneficia.

Entretanto, a responsabilidade civil objetiva não substitui a responsabilidade civil subjetiva, apenas convive ao seu lado, a fim de ser aplicada nas situações em que à prova da culpa do empregador se demonstre demasiadamente difícil para o empregado.

Ressalte-se, todavia, que a aplicação da responsabilidade objetiva não é aceita por toda a doutrina e jurisprudência, havendo severas críticas. Pois, se o pressuposto da culpa for afastado, aquele que age corretamente, tomando todas as medidas recomendáveis para evitar os danos, receberia o mesmo tratamento do outro que atua displicentemente.

1.4 Possibilidade da indenização

Como visto, a responsabilidade civil acidentária não possui como fundamento necessário a culpa, uma vez que o risco provocado pela atividade do empreendedor pode substituí-la. Ou seja, o empregador responde pelo risco originado de sua atividade econômica.

Ocorrendo o acidente que provoque perda ou redução da capacidade laboral, o INSS indeniza a vítima com o pagamento de um benefício. Essa indenização paga pelo INSS é decorrente da responsabilidade civil objetiva, ou seja, o pagamento independe de culpa.

Esta garantia está consagrada no art. 7º, XXVIII, da CF/88, que complementa dizendo que ela, porém, não exclui a indenização a que o empregador está obrigado, quando incorrer em culpa ou dolo.

Para a caracterização de culpa ou dolo, torna-se imprescindível que, tenha ocorrido violação de alguma norma de segurança obrigatória nas condições em que o trabalho se desenvolve para que o empregador seja responsabilizado. Porém, cabe ao empregado vitimado pelo acidente provar, de fato, a participação volitiva ou omissiva do empregador.

A industrialização multiplicou os riscos de acidentes no trabalho. Com isso, houve a inversão do ônus da prova no contrato de trabalho, o que não foi o bastante. Surgindo assim, as teorias do risco criado, risco proveito e risco profissional. Quem cria e se beneficia com o risco de seus agentes deve responder pelos danos decorrentes, independente de culpa. Somente o dolo, por parte do empregado, é que afasta a responsabilidade do patrão, porque, ainda que o empregado tenha agido com culpa, isso ocorre devido a fadiga, de contato permanente com os riscos e outras causas similares.

Mediante ao exposto, podemos verificar que existe a responsabilidade civil do empregador em relação ao empregado. Responsabilidade esta, de natureza subjetiva ou objetiva, que recai para o empregador através de pagamento de indenização ao acidentado, ou, em caso de morte, para os seus familiares.

1.5 Tendências dos Tribunais

A tendência dos nossos Tribunais sobre indenização de acidente do trabalho tem sido na conjugação da teoria da responsabilidade subjetiva com a teoria da responsabilidade objetiva, bem como, em alguns casos, a fundamentação se utiliza da presunção de culpa junto com o princípio da inversão do ônus da prova.

Essa tendência é somada ao princípio da equidade, devido à obtenção de lucro pelo trabalho prestado pelo empregado, pelo risco do seu negócio. O que leva as empresas ficarem mais atentas em relação à saúde e a segurança no ambiente do trabalho.

Os Tribunais também entendem que a indenização devida pelo empregador é autônoma aos direitos concedidos pela Previdência Social, ou seja, permitem a cumulação sem qualquer dedução ou compensação. . Essa tendência pode ser observada em diversos acórdãos de tribunais, conforme citações abaixo:

Indenizações por danos morais acidente do trabalho. Na apuração da responsabilidade civil em decorrência do acidente do trabalho, o ônus da prova recai sobre o empregador, que deve provar a inexistência da conduta culposa. Entretanto, não se desonerando no encargo que milita em seu desfavor, presume-se a culpa, surgindo o conseqüente dever de indenizar o trabalhador pelo prejuízo sofrido. Recurso de Revista não reconhecido. TST. 3ª Turma. RR nº. 84.813/2003-900-03-00-2, Rel.: Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DJ 15/09/2006.

Responsabilidade civil – Acidente de trânsito – Ação de indenização – Transporte de empregado – Culpa presumida do empregador. Ao assumir o risco de transportar seu empregado ao trabalho, o empregador o fez com a obrigação de entregá-lo incólume seja em seu destino, seja, finalmente, em seu domicílio. Se o empregador não adotou os necessários e indispensáveis cuidados no transporte de seu empregado, deve responder civilmente pela sua desídia, pois é inaceitável o argumento no sentido de que o fato se deu por culpa do empregado, já que este subiu na carroceria do caminhão por sua conta e risco. A discussão da culpa em tal hipótese é irrelevante, tendo o empregador contra si a presunção de culpa pelo evento, presunção esta que só pode ser desfeita por manifesta prova em contrário. TAMG. 6ª Câmara. Cível. Apelação Cível nº. 0358787-5, Rel.: Juiz Domingos Coelho, julgado em 02/05/2002.

Civil e trabalho. Responsabilidade civil por acidentes de trabalho. Indenizações cumuladas. Jurisprudência do STJ. A jurisprudência do STJ assentou entendimento no sentido de que a indenização acidentária não obsta a de direito comum, quando o empregador incorre em culpa grave, nem a da incapacidade para o trabalho e a da depreciação sofrida excluem a devida em razão do dano estético e, enfim, do valor da indenização comum não se deduz a recebida em razão da legislação infortunistica. Inteligência do art. 1.538 do Código Civil. STJ 3ª Turma. REsp n. 35120/RS, Rel.: Ministro Waldemar Zveiter, julgado em 21 set. 1993, DJ 25 out. 1993.

Acidente de trabalho. Danos morais e materiais. Indenização. Benefícios previdenciários. Aposentadoria por invalidez. Compensação. Impossibilidade. Não é possível a compensação da indenização fundada na responsabilidade extracontratual subjetiva com os benefícios previdenciários recebidos a título de aposentadoria por invalidez decorrente de acidente de trabalho. Recurso especial provido. STJ. REsp n. 684738, Rel.: Ministra Nancy Andrighi, DJ 10 jun. 2005.

CONCLUSÃO

O Direito do Trabalho deve ser visto sob o prisma da dignidade do ser humano. Teve origem com a revolução Industrial, pois necessitou-se de regras para prever os direitos e deveres dos trabalhadores, inserindo-se nesse contexto o crescente número de acidentes de trabalho e a necessidade de preveni-los.

Na maioria das vezes, os acidentes de trabalho podem ser evitados com a prática de medidas simples, tais como a obrigatoriedade do uso de equipamentos de proteção individual, os quais devem ser fornecidos pela empresa. A indenização por danos morais e materiais tem como escopo a minimização do sofrimento causado à vítima, bem como conscientizar o causador dos prejuízos.

Embora exista o ressarcimento previdenciário da lesão sofrida pelo empregado, existe o dever do empregador em indenizá-lo, com o respaldo no inciso XXVIII do artigo 7º da Constituição Federal, bem como no art. 121 da Lei nº. 8.213/91.

Com o advento do novo Código Civil, o empregado acidentado não necessita mais comprovar a gravidade da culpa do empregador para receber indenização devida da sua responsabilidade.

A indenização acidentária do sistema previdenciário, por ser incompleta, possibilita à vítima pleitear a sua complementação, através de ações que compensem os prejuízos sofridos pelo empregado e pelo menos retorne ao *status quo ante* (à situação anterior).

O direito à indenização deve ser garantido, porque os infortúnios laborais de que acometem os trabalhadores muitas vezes abalam suas vidas, ferindo assim, o respeito à dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho, o que torna um suplício no âmago do trabalhador acidentado, bem como aos familiares do trabalhador que faleceu ou se tornou inválido devido ao acidente do trabalho.

Diante de toda análise feita para este trabalho, pode-se concluir que no campo das relações trabalhistas, mesmo que o acidente de trabalho não decorra de culpa ou dolo, é cabível indenização ao empregado, em função da teoria do risco, ou seja, é o empregador que deve arcar com o risco de sua atividade econômica, pois é ele que se beneficia diretamente dela.

Em suma, com o avanço da sociedade, surgem inúmeras contradições, que fazem com que a legislação avance, procurando solucionar as crises jurídicas que surgem, pois a Ciência Jurídica deve acompanhar o progresso social.

Ademais, um trabalhador que sofre redução na sua capacidade laboral, não adquiriu um problema apenas para si e sua família, é um grande prejuízo para a sociedade, não apenas em função do custo que gera aos cofres da previdência na reparação do infortúnio laboral, mas por ser menos um trabalhador para colaborar com o crescimento do país.

Assim, mais que se buscar uma indenização justa ao trabalhador acidentado ou que seja acometido de doença laboral, deve-se reforçar as práticas de prevenção a esses eventos, bem como a fiscalização pelos órgãos públicos.

REFERÊNCIAS

BEZERRA LEITE, Carlos Henrique. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 5 ed. São Paulo: LTr, 2007.

BRANDÃO, Cláudio. **Acidente do trabalho e responsabilidade civil do empregador**. 2 ed. São Paulo: LTr, 2006.

CAIRO JUNIOR, Jose. **O acidente do trabalho e a responsabilidade civil do empregador**. São Paulo: LTr, 2003.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. São Paulo: Malheiros, 2002.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Direito Romano Moderno**. 3 ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 3 ed. São Paulo: LTr, 2004.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

GENRO, Tarso. **Direito individual do trabalho**. Disponível em: <[http://www.origem.ppp.br/...&sName=Natureza Jurídica do Direito do Trabalho](http://www.origem.ppp.br/...&sName=Natureza%20Jur%C3%ADdica%20do%20Direito%20do%20Trabalho)>.

GUSMÃO, Paulo Dourado. **Introdução ao Estudo do Direito**. 27 ed. rev. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

KERTZMAN, Ivan Mascarenhas. **Curso prático de direito previdenciário**. Salvador: JusPODIVM, 2005.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MARTINEZ, Wladimir Novaes, “apud”, CAIRO JUNIOR, José. **O acidente do trabalho e a responsabilidade civil do empregador**. São Paulo: LTr, 2003.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do trabalho**. 18 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MORENO, Cláudio. Texto do *site* SUA LÍNGUA, disponível em <http://www.sualingua.com.br/02/02_trabalho.htm>, acesso em 10/04/2008.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 14 ed. amp. atual. São Paulo: Saraiva, 1993.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. **Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional**. 3 ed. São Paulo: LTr, 2007.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Conflito de competência nº 192.72/SP. 2ª Séc. DJ 13 de setembro de 1999.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Site na internet. Disponível em: <<http://www.stf.gov.br>>.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Site na *internet*. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>.

VIANNA, Segadas, SUSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Delio; TEIXEIRA, Lima. **Instituições de direito do trabalho**. vol. 1. 22 ed. São Paulo: LTr, 2005.